

Educação de Chico Mendes

Programa de fomento a projetos de
educação ambiental no ensino básico

**Ministério
da Educação**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário Executivo

José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Ricardo Henriques

Educação de Chico Mendes

Programa de fomento a projetos de
educação ambiental no ensino básico



"...Chico que foi um dos mais apaixonados defensores da vida que já conheci, um homem tão puro e tão limpo como a água da chuva da mata que foi sua companheira inseparável."

Luís Inácio Lula da Silva

Brasília, 2006

Diretor de Educação para a Diversidade e Cidadania
Armênio Bello Schmidt

Coordenador Geral das Ações Educacionais Complementares
Leandro Fialho

Coordenadora Geral de Educação Ambiental
Rachel Trajber

Equipe Técnica

Andréa Curado
Eneida Lipai
Fábio Deboni
Hellen Falone
João Paulo Sotero (responsável técnico)
Luciano Chagas Barbosa
Luiz Cláudio Lima Costa
Maria Thereza Teixeira
Neusa Barbosa
Priscila Maia Nomiyama (assistente técnico)
Rosana Núbia
Soraia Mello

Equipe Administrativa

Luena Mello
Rosana Freire
Facilitadores
Ana Lucia do Carmo Luiz
Daisy Cordeiro
Deise Keller
Heloisa do Carmo
Isis de Palma
Marlova Intini
Moisés Ataidés
Paula Fernanda Rocha

Sumário

1. Introdução.....	5
2. Objetivos.....	5
3. Educação de Chico Mendes: participação e cidadania.....	5
4. Formatação do Projeto.....	7
4.1. Grupos de Escolas.....	8
4.3. Formação de Com-vidas.....	9
4.4 Pesquisa-ação participante.....	9
4.5. Comunicação e Divulgação.....	9
4.6. Avaliação dos Resultados.....	10
5. Parcerias.....	10
6. Execução, ampliação e continuidade.....	10
7. Prazo de apresentação das Propostas.....	10
8. Considerações Finais.....	11
9. Contato.....	11

1. Introdução

O Programa Educação de Chico Mendes de fomento a projetos de educação ambiental em escolas públicas do ensino básico será orientado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA em conjunto com a Coordenação Geral das Ações Educativas Complementares – CGAEC, ambas vinculadas ao Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. Portanto, este documento complementa a Resolução CD/FNDE nº 14 de 07 de abril de 2006 e seu conteúdo baseia-se nas orientações técnicas e metodológicas para elaboração dos projetos.

As ações da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA se inserem no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/99, que estabelece a educação ambiental nas escolas como prática integrada, contínua e permanente, transversal a todas as disciplinas. Nesse sentido, a Secad/MEC por meio da CGEA, trata da implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental / Política Nacional de Educação Ambiental difundindo conhecimentos atualizados sobre questões de ciência, saberes tradicionais e políticas ambientais nos três níveis de ensino usando estratégias em rede, publicações, e projetos com a sociedade.

2. Objetivos

- Apoiar por meio de assistência financeira a promoção de projetos de pesquisa-ação participante em grupos de escolas;
- Orientar o fortalecimento do pensamento socioambiental nas escolas, a comunicação inter-escolar e a integração com as comunidades locais;
- Promover a constituição das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas – Com-vida, para a construção da Agenda 21 na Escola.

3. Educação de Chico Mendes: participação e cidadania

A Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA, a partir de uma visão sistêmica do enraizamento da educação ambiental no ensino escolar formal, baseia-se em quatro áreas de atuação – Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, Formação Continuada de Professores e Estudantes (Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas), Inclusão Digital com Ciência de Pés no Chão e a Educação de Chico Mendes. A partir de um processo de sensibilização desencadeado pela Conferência realizada em

2003, o MEC desenvolveu processos de formação ambiental continuada com o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, envolvendo 25 mil professores e 21 mil alunos de 16 mil escolas participantes da I Conferência. A formação dos professores teve como tema gerador o consumo sustentável (Idec/MEC/MMA) e a dos alunos a formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com-vida e conseqüentemente a elaboração da Agenda 21 na Escola. Em 2005 inicia-se o processo da II Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, envolvendo cerca de 12 mil escolas e aproximadamente 4 milhões de pessoas.

Neste contexto, surgiu o Programa Educação de Chico Mendes que dá continuidade à construção permanente da educação ambiental no Brasil. Este programa faz parte de um círculo virtuoso de busca de conhecimento, pesquisa, geração de saberes e criação de ações transformadoras a partir das Escolas e Comunidades. Para tal, é imprescindível apoiarmos projetos das escolas que estabeleçam uma relação construtiva e transformadora com suas comunidades, seus territórios, enfrentando os graves problemas socioambientais em função da melhoria da qualidade de vida. Esta ação remete ao exemplo do líder seringueiro e sindicalista acreano, Chico Mendes, um dos símbolos da luta socioambiental em nosso país. A Educação de Chico Mendes incorpora nosso desejo de incentivar alunos e professores a tornarem-se não só educadores ambientais, como sujeitos de intervenção e construção de uma nova sociedade baseada na ética da sustentabilidade.

Uma educação inspirada em Chico Mendes envolve um pensamento socioambiental e ações que unem os conhecimentos aprofundados, os resultados de pesquisas locais e a construção de projetos de intervenção transformadora. Escolas com problemas semelhantes, de um mesmo território, orientadas por Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente além de ONGs trabalharão de forma integrada na busca e construção de conhecimento ambiental significativo para resolução dos problemas socioambientais locais.

Essa integração escola-comunidade torna-se possível mediante projetos que incluem ingredientes fundamentais como: sustentabilidade ambiental, diversidade étnica, de gênero e cultural, pesquisa-ação participante e intervenção na realidade local. Além de ações que agregam os conhecimentos aprofundados, os resultados de pesquisas locais fazendo com que as instituições proponentes e suas parceiras possam aglutinar grupos de escolas em um mesmo município, com realidades socioambientais semelhantes e que possam gerar projetos de intervenção transformadora – que chamamos de Educação de Chico Mendes.

Quem foi Chico Mendes

Francisco Alves Mendes Filho nasceu em 1944 e viveu nos seringais de Xapuri, no Acre, até ser assassinado em 1988. De lá, liderando os chamados “empates”, impediu a derrubada de milhares de hectares da floresta amazônica, chamando a atenção do mundo para a devastação da maior floresta tropical do planeta. Sua atuação marcou a luta em defesa da dignidade dos povos da floresta e do meio ambiente, apontando novos rumos para os movimentos populares da Amazônia.

O empate é um método de resistência pacífica que chamou a atenção do mundo para a devastação da floresta amazônica. Este movimento trouxe uma novidade para a luta ambientalista: o conceito de que as populações que dependem dos ambientes naturais para sobreviver são potenciais parceiros da conservação ambiental. A criação das reservas extrativistas demonstra que essa teoria funciona na prática.

4. Formatação do Projeto

Os recursos para financiamento dos projetos são oriundos da Secad/MEC por meio das Ações Educacionais Complementares e serão disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme estabelece a Resolução CD/FNDE nº 14 de 07 de abril de 2006. Desta forma, as propostas devem ser encaminhadas ao FNDE com cópia a Secad.

Ficará a cargo das instituições proponentes avaliar, com base no número de escolas envolvidas, o montante de recursos necessários para execução do projeto, devendo a proposta estar entre R\$ 20 mil e R\$ 70 mil como limite mínimo e máximo de recursos disponíveis para um período de seis a oito meses de execução. O projeto se divide em duas ações: a Educação Ambiental (EA) na escola por meio da criação e atuação das Com-vidas; e ações transformadoras do grupo de escolas em seu entorno escolas. As propostas devem ser elaboradas em acordo com as propostas das escolas participantes, de forma coletiva e democrática. Atendendo às demandas, realidades e reivindicações da comunidade escolas.

Os documentos orientadores para acesso aos recursos são: a Resolução CD/FNDE nº 14 de 07 de abril de 2006, o Manual de Orientações para Assistência Financeira 2006. Ambos, disponíveis para download no site www.fnde.gov.br (*link “Projetos Educacionais”*) e www.mec.gov.br (*link “Educação do Campo, Indígena e Ambiental” e logo após na seção “Educação Ambiental”*).

Cada escola participante deve encaminhar, como anexo da proposta, um documento (ofício) que sinaliza o apoio e que nomeia um professor ou professora para o acompanhamento e execução do projeto.

Com o objetivo de fortalecer a Educação Ambiental no âmbito do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, propomos um trabalho integrado que envolva o MEC

por meio da Coordenação Geral de Educação Ambiental, as escolas, a sociedade civil, estados e municípios. Para tal, as propostas apresentadas podem ir além das exigências dos dois documentos formais trazendo projetos mais adensados e com algumas das características a seguir:

4.1. Grupos de Escolas

Os projetos devem envolver grupos de escolas (no mínimo 7 escolas) de uma mesma microrregião (espaço territorial contínuo podendo ser um ou mais bairros, região rural e/ou urbana do município, ao longo de um rio, no entorno de uma área protegida, ou ainda microbacia hidrográfica presente no município) que se articulem para integrar e desenvolver um projeto comum. Municípios com menos de 7 escolas também poderão apresentar proposta obedecendo aos mesmos critérios de territorialidade.

Os projetos devem envolver escolas tanto da rede municipal quanto da rede estadual de ensino, independente da instituição proponente.

4.2. Etapas de Execução

Os projetos devem prever duas etapas distintas na execução. A primeira se refere à formação de monitores e alunos por meio da criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com-vida, entre outras atividades propostas pelo projeto. A segunda etapa refere-se ao envolvimento da escola com as questões socioambientais do território na qual elas estão inseridas, ou seja, as ações de intervenção no entorno escolar.

Ressaltamos que o envolvimento das escolas nas questões socioambientais do território se materializam por meio de ações transformadoras. Estas ações devem ter caráter eminentemente educativo. Por exemplo, a escola não é responsável pela limpeza de um córrego ou de uma praça, existem outras instituições em nível municipal responsáveis por esta ação. A escola deve participar deste processo, entretanto, fazendo desta, uma ação educativa.

O cumprimento das duas etapas de trabalho – EA na escola (Com-vida) e EA no entorno escolar (ação transformadora) – se darão por meio da formação dos monitores e posteriormente da realização das oficinas junto ao público-alvo.

Fase 1 – Com-vidas. Sensibilização, mobilização e formação de professores e alunos nas escolas participantes para formação de Com-vidas e início da construção da Agenda 21 nas Escolas;

Fase 2 – Pesquisa-ação participante. Elaboração e implementação das propostas de ações socioambientais transformadoras nas comunidades do entorno escolar (território), conforme indicação das Com-vidas.

4.3. Formação de Com-vidas

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com-vida é uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação dos estudantes, professores, funcionários, diretores, comunidade. O principal papel da Com-vida é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade. Desta forma, as escolas participantes do projeto devem criar suas Com-vidas com o intuito de fazer de cada escola, um local ambientalmente sustentável sem desperdício de água, energia, merenda etc.

Estas comissões também têm o papel de iniciar as discussões para elaboração da Agenda 21 na escola.

As ações de intervenção socioambiental no entorno escolar serão definidas e deliberadas pelas Com-vidas, por isso é importante que estas comissões trabalhem de forma articulada e integrada.

4.4 Pesquisa-ação participante

Trata-se de uma metodologia de pesquisa derivada de dois outros processos metodológicos, a “pesquisa-ação” e a “pesquisa participante”. A pesquisa-ação participante, de acordo com a Diretoria de Educação Ambiental do MMA, refere-se ao procedimento democrático e participativo de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las, como Comunidades de Aprendizagem e Interpretativas, como Laboratórios Sociais e Conceituais que permanentemente diagnosticam, interpretam a realidade, planejam intervenções educacionais, constroem conceitos, aprendem, intervêm, avaliam e desta forma vivem a Pedagogia da Práxis que de modo permanente e articulado qualifica e requalifica este processo.

4.5. Comunicação e Divulgação

Por tratar-se de um processo que envolve a mobilização de alunos, bem como das comunidades do entorno das escolas é necessário pensar e propor estratégias para divulgar as ações do projeto com base em princípios de Educomunicação.

Educomunicação é a possibilidade de unir Educação com Comunicação contribuindo para a Educação Ambiental de forma positiva e criativa. Na divulgação do projeto é interessante estimular processos educativos que visem à apropriação das linguagens e a produção democrática de produtos de comunicação. Os participantes do projeto poderão exercer o direito que as pessoas têm de produzir informação e comunicação e assim divulgarem suas ações.

4.6. Avaliação dos Resultados

Tão importante quanto elaborar o projeto prevendo as atividades, a metodologia e o orçamento é executá-lo. Executar o projeto exatamente como se previu é uma tarefa difícil, pois estamos falando de processos dinâmicos, sobretudo quando envolvemos mobilização social. Cumprir os prazos e atingir os objetivos são sinônimos de sucesso, entretanto para obter sucesso ao executar os projetos é necessário avaliar permanentemente cada uma das atividades que compõe o cronograma do projeto.

Os resultados obtidos e seus desdobramentos poderão ser inseridos no Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental – SIBEA (www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea/index.cfm).

5. Parcerias

Outras parcerias podem ser estabelecidas envolvendo organizações não governamentais, governos e o empresariado local (comerciantes, agricultores e etc). Estas parcerias devem ser formalizadas por meio de ofício em que a instituição parceira informa a natureza de sua participação no projeto. Geralmente após o início da execução das ações, o projeto ganha visibilidade junto à comunidade, sendo assim, um momento oportuno para a busca de novas parcerias.

6. Execução, ampliação e continuidade

O prazo de execução do projeto é de seis a oito meses, no entanto, isso não significa que as ações devem encerrar-se com a finalização do mesmo, pelo contrário, é interessante que estas ações sejam avaliadas e aprimoradas para a continuação no ano seguinte e se possível que sejam ampliadas para outras escolas.

7. Prazo de apresentação das Propostas

De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 14 de 07 de abril de 2006 – Ações Educativas Complementares, do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – FNDE, o prazo final estabelecido para encaminhamento das propostas é **30 de abril de 2006**. Os projetos são analisados por ordem de chegada, sendo avaliados quanto ao seu mérito técnico e coerência com o orçamento previsto. A celebração de convênio ou termo de parceria fica condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do FNDE. Portanto, não deixe para a última hora.

8. Considerações Finais

Insira, logo após o título do projeto, entre parênteses a frase “**Educação de Chico Mendes**”. Isto facilitará a identificação do projeto para análise técnica do mesmo.

Após o envio da versão final do projeto ao FNDE e a Secad, encaminhe uma cópia (versão digitalizada) para as Coordenações Gerais de Educação Ambiental e Ações Educativas Complementares nos seguintes endereços: **ea@mec.gov.br**
aec@mec.gov.br .

9. Contato

Para maiores informações quanto ao preenchimento dos formulários e envio dos projetos, entre em contato com a **Coordenação Geral das Ações Educacionais Complementares** nos telefones: (61) 2104-6090/2104-6069/2104-6068/2104-6118/2104-6091. No caso de informações quanto à metodologia para elaboração dos projetos *Educação de Chico Mendes*, entre em contato com a **Coordenação Geral de Educação Ambiental** nos telefones (61) 2104-6166 e 2104-6142 ou pelo e-mail **ea@mec.gov.br**.